

CRISES, VALORES E VIVÊNCIAS DA MASCULINIDADE

Pedro Paulo Martins de Oliveira

RESUMO

Este artigo busca apontar diferenças quanto ao valor identitário e às vivências da condição masculina de acordo com a inserção social do indivíduo. Discute também o sentido da crise da masculinidade, relacionando-a a mudanças "socioestruturais" e argumentando acerca da inadequação de sustentá-la a partir da idéia do "homem vítima".

Palavras-chave: masculinidade; habitus; inserção social.

SUMMARY

This article seeks to distinguish between identity values and experience within the male condition, taking into account the social insertion of individuals. The author also discusses the meaning of a masculinity crisis, showing how it is related to socio-structural change and arguing that the notion of the "male victim" is inappropriate.

Keywords: masculinity; habitus; social insertion.

Procuraremos neste artigo discutir formulações quanto à idéia de uma crise em curso na masculinidade, que, segundo definição, é a qualidade, caráter, modo de ser, pensar ou viver próprio do homem. Buscaremos também verificar a diferente valorização que os atributos masculinos recebem de acordo com a situação de inserção social dos indivíduos. Há quem veja a condição masculina sob uma série de prescrições sociais constringentes, mas alguns estudos apontam entre homens de camadas populares uma valorização explícita desta mesma condição. Deriva da primeira posição uma perspectiva de crise cujo índice é o "homem vítima", o qual procuraremos apresentar, antes, como o agente que pode se dar ao luxo de não tomar a masculinidade como valor identitário. A crise, se de fato existe, está fundada em mudanças "socioestruturais" que devem abalar o regime patriarcal, afetando assim o próprio valor social da masculinidade.

Nesta discussão levamos em conta algumas pesquisas que tangenciam nossa perspectiva, a maior parte realizada por estudiosos hispano-americanos e anglo-saxões. Vale lembrar, no entanto, que eles não necessariamente concordariam com os pontos de vista e conclusões aqui apresentados.

Masculinidade em crise: abordagem vitimária

Estimulados pela voga do reativado movimento feminista dos anos 1970, alguns autores adotaram a visão de que não apenas as mulheres sofreriam a denunciada dominação masculina de gênero, mas também seus presumidos beneficiários: os próprios homens (Bednarik, 1970; Tolson, 1977; Goldberg, 1976; Fasteau, 1974). Para estes e outros autores os homens seriam vítimas de um treinamento socialmente difuso, já que presente em diferentes situações e instituições, orientado para a transformação do infante no homem autêntico, socialmente reconhecido como varão genuíno, macho indiscutível (Horrocks, 1994: 62). Começava-se a atribuir mazelas até então pouco comuns ao todo-poderoso gênero masculino, de modo que o processo de socialização dos homens tornava-se alvo de discussões acadêmicas e de uma grande onda de publicações de livros e artigos sobre o assunto (Carrigan e outros, 1985).

A argumentação mais comum e que ajudou a constituir uma percepção de crise da masculinidade apostava na idéia de uma vitimação do gênero masculino. Assim, durante o processo de constituição e constante reafirmação da masculinidade o homem tomar-se-ia propenso a experimentar dilemas e conflitos que gerariam angústias, auto-alienação e inexpressividade, elementos constitutivos do quadro de fragilidades, dissabores e sofrimentos que conformaria o exercício da masculinidade (Marquês, 1997; Kaufman, 1997; Fuller, 1997). Esse tipo de formulação foi por nós classificado como o discurso vitimário sobre a masculinidade (Oliveira, 1998: 92), uma vez que enfatiza a condição masculina como vítima de um conjunto de fatores sociais e psíquicos.

Para apresentar o homem como vítima, muitos recorrem às estatísticas referentes a homicídios, uso de álcool e drogas, acidentes automobilísticos, incidência de doenças, expectativa de vida etc. (Corneau, 1995; Nolasco, 1993; Harrison, Chin e Ficarrotto, 1994; Bayes e Howell, 1981; Horrocks, 1994). Tais estatísticas corroborariam a inusitada afirmação de que o verdadeiro sexo frágil é na verdade o homem e não a mulher, além de evidenciarem o peso do fardo que as prescrições sociais impõem ao gênero masculino. Para os autores que abordam o tema pelo viés vitimário, a masculinidade hegemônica torna-se quase sinônimo de patologia, algo a ser reformulado em virtude do desprazer e dano que causa não apenas aos que a ela se subordinam (mulheres, crianças, *gays*) mas aos próprios homens.

Tendo em conta esta preocupação inicial, que ajuda a configurar o campo dos *men's studies*, pode-se afirmar que a emergência do interesse pelo estudo da masculinidade é marcada, ao menos em parte, pela percepção de uma crise no modelo de comportamento masculino socialmente sancionado. Há pelo menos duas décadas a masculinidade passou a ser enxergada como um problema a ser considerado e debatido, sendo que até então os estudos de gênero limitavam-se à discussão dos problemas femininos. Assim, há que se destacar ao menos um efeito positivo dessa

abordagem: eis que o homem enquanto tal, nessa suposta crise da masculinidade, torna-se também problemático e abandona a sua confortável posição de tópico indiscutível.

O sentido relativo da crise vitimária

Alguns contrapontos podem ser enunciados em relação ao enfoque da crise da masculinidade apoiado na idéia do "homem vítima". Um autor resume com ironia essa abordagem e insinua que o exercício da masculinidade pode ser algo enriquecedor e satisfatório, fonte de gozo e prazer:

... a masculinidade hegemônica diz respeito ao pavor e à fuga em relação às mulheres. [...] É exclusiva, provocadora de ansiedade, interna e hierarquicamente diferenciada, brutal e violenta. [...] O que podem os homens fazer com ela? [...] ela pode ser analisada, distanciada, apropriada, negada, desafiada, reproduzida, renunciada, escolhida, construída com dificuldade, confirmada, imposta, desviada e modernizada (mas não, aparentemente, desfrutada). O que ela pode fazer para os homens? Pode fasciná-los, solapá-los, apropriar-se de alguns corpos, organizá-los, impor-se, passar a si própria como natural, deformá-los, prejudicá-los e negá-los (mas não, aparentemente, enriquecê-los e satisfazê-los) (Donaldson, 1993: 646).

Veremos que o insinuado usufruto e enriquecimento propiciado aos sujeitos a partir do exercício da masculinidade faz sentido, principalmente na sua vivência pelos homens das camadas populares. Para isto analisaremos alguns trabalhos em que se busca relacionar masculinidade e inserção social.

Outro problema no enfoque da crise da masculinidade decorre de uma freqüente tentação de generalizar uma situação de insatisfação expressa em situações específicas, o que nos parece merecer uma circunscrição mais adequada.

Os homens que eu vejo em psicoterapia sentem-se em sua maioria desesperados, inadequados, sozinhos, distantes das pessoas e de seus próprios sentimentos e corpos, sexualmente inseguros de si mesmos, chateados com as perspectivas de trabalho disponíveis a eles. Poder-se-ia argumentar que esta é uma amostra enviesada de homens insatisfeitos e que a maior parte deles se diverte, mas eu duvido disso. Em toda parte são visíveis os sinais de frustração, solidão, desespero e ausência de satisfação nos homens (Horrocks, 1994: 144).

Chama-nos a atenção, na seqüência do texto, a confirmação do estrato social de quem se sente insatisfeito, com detalhes que não deixam dúvidas quanto à inserção social do responsável pelas reclamações, pista primeira para uma relativização deste "em toda parte" de Horrocks:

Um homem de negócios de meia-idade me disse — "Certamente, eu posso ir a um bar e ostentar meu dinheiro, meus ternos caros e meu celular, mas ninguém ali sabe que eu levanto às três horas da madrugada sentindo um terrível pânico interior e que às vezes eu choro sem saber por quê" (Horrocks, 1994: 145).

Se é inegável a existência de um debate acerca da insatisfação em relação aos padrões de comportamento masculinos socialmente sancionados, faz-se necessário avaliar o alcance e as diversas formas que este problema pode assumir de acordo com a perspectiva específica de cada segmento social. A este respeito vale registrar um questionamento elaborado em um recente congresso sobre gênero na América Latina¹, em que um dos grupos de trabalho propôs um importante debate nos seguintes termos:

(1) "La equidad de género en América Latina y El Caribe: desafíos desde las identidades masculinas". Santiago do Chile, junho de 1998.

Constata-se que há uma crise do modelo hegemônico da masculinidade, [...] que todavia pode ser parcial e específica de certos grupos culturais e sociais. Caberia perguntar até que ponto esta crise do modelo está circunscrita aos setores médios das populações urbanas ou realmente se difunde no conjunto das nações, culturas e condições de vida (apud Valdés e Olavarria, 1998: 272).

A evidência da circunscrição dessa crise nos segmentos médios e alto impõe-se, pois observa-se que o padrão consagrado de conduta masculina ainda é bastante valorizado por boa parte dos homens pertencentes aos segmentos populares. Os resultados de alguns estudos não deixam dúvidas quanto a isso. Será junto às camadas populares que poderemos perceber com mais freqüência o exercício e construção do ser masculino como uma vivência propiciadora de prazer, enriquecimento e satisfação que autores como Donaldson cobram das análises que insistem em enxergar apenas os dilemas da masculinidade. Num estudo sobre homens pobres de Santiago do Chile pode-se verificar em muitos relatos sentimentos de orgulho e mesmo prazer pelo fato de ser homem, como se a masculinidade fosse em si mesma uma bênção:

"Ser homem para mim significa algo grande. Dou graças ao Senhor por ter me feito homem. [...] ser homem para mim é excelente, porque

é o homem que manda, a mulher sempre tem que depender daquilo que o homem der a ela, tem que agüentar" (Héctor, 29 anos). *"Ser homem significa e significou ter sido filho, irmão e agora pai [...]. Ser homem significa um orgulho, sinto orgulho de ser homem "* (Alex, 24 anos) (Olavarria e outros, 1998: 25 e 19).

Nestes excertos de entrevistas, realizadas junto a um segmento popular de homens jovens e adultos, explicita-se a auto-imagem positiva que têm de sua condição de gênero. Evidentemente poderiam ser feitas objeções quanto a aceitar tais relatos como expressões de verdade efetiva, desqualificando-as como meras manifestações de vanglória, intencionalmente proferidas para dissimular os conflitos e as angústias que esses homens poderiam vivenciar de fato. Mas se parece aceitável nas ciências sociais assumir que a dor e a angústia vividas pelos homens de classe média merecem a atenção dos pesquisadores, independentemente das suas possíveis motivações psíquicas, também nos parece bastante plausível tomar como efetivo o orgulho manifesto por homens dos segmentos populares em relação à condição masculina. Além do mais, interessa-nos seu discurso enquanto expressão de adesão a certos valores e não a adequação como verdade referencial que possa haver entre a vivência efetiva e a sua manifestação verbal.

Em contraste com o que possa ocorrer nos divãs de psicanálise ou nos consultórios clínicos de psicologia, em que homens de classe média confessam suas dores em razão da pressão para estarem à altura de um padrão tido por eles como opressor, nas camadas populares constata-se o orgulho pelo fato inclusive de se ter de sofrer para ser homem (Olavarria e outros, 1998: 22-23). Encaram-se de maneira positiva mesmo os "fardos da masculinidade", as responsabilidades tradicionalmente atribuídas aos homens, como o papel de provedor. A posição de destaque, o poder e a primazia de pertencer ao gênero masculino compensam os eventuais constrangimentos associados a tais "fardos", tornando-os, antes de tudo, uma provação que dá a esses homens o acesso às prerrogativas de poder que o regime patriarcal, com a sua hierarquia de gênero, concede ao indivíduo masculino.

"Para mim significa ter mais responsabilidades. Será por tradição ou por costume que o homem é o que tem de trabalhar mais que a mulher [...]. Um homem tem mais responsabilidades. Ser homem é difícil, às vezes. Talvez me encantaria ser um cara mais feliz jogado na cama, onde me atendessem e me trouxessem de tudo, mas não, na verdade não me vejo nisto" (Guido, 26 anos). *"Ser homem significa tudo, tudo. Ser homem te dá direito a ter mulheres, a partilhar a vida, te dá direito a sacrificar-se como homem. Aí acontece de você começar a se valorizar desde menino e conforme o tempo vai passando vai se*

sentindo mais homem" (Chucho, 29 anos). *"O homem tem que trabalhar, o homem não pode ser um preguiçoso. Senão, [...] a mulher começa a brigar, a sair, encontra outro homem"* (Héctor, 29 anos) (Olavarría e outros, 1998: 26, 25 e 26-27).

Há um contraste significativo entre estas afirmações e os estudos sobre masculinidade da lavra da psicologia social, elaborados normalmente a partir da experiência clínica dos autores com seus clientes (Nolasco, 1993 e 1995; Horrocks, 1994; Fogel e outros, 1989), em sua esmagadora maioria provenientes das classes médias e alta. Pode-se vislumbrar nestes excertos a construção e o exercício da masculinidade como vivências enriquecedoras, capazes de prover orgulho àqueles que a experimentam quase como uma dádiva divina, conforme as palavras de um desses jovens. Este fato é constatado amiúde em várias pesquisas e dá força ao argumento da circunscrição da crise da masculinidade baseada na idéia do "homem vítima".

Os homens dos setores populares não consideram que a identidade masculina dominante está em crise. Não questionam as formas de ser homem com as quais se identificam, nem as prescrições sociais que emergem do modelo hegemônico de masculinidade (Valdés e Olavarría, 1998: 17).

Se para alguns há crise porque as responsabilidades atribuídas aos homens pesam como fardo e portanto geram descontentamentos e angústias, entre os homens dos segmentos populares a preocupação maior pode ser a falta de possibilidade de cumprimento das responsabilidades. Vale lembrar porém que nem mesmo em situações de dificuldades como o desemprego a masculinidade é vivida de forma tensa e angustiante. Numa pesquisa sobre os efeitos e desafios que o desemprego prolongado impõe ao exercício e vivência da masculinidade, os resultados e conclusões indicam que entre os indivíduos das classes trabalhadoras este fenômeno, apesar de implicar perda de auto-estima e emasculação, não resulta em qualquer desafio "às formas dominantes de masculinidade, nem os aproxima de alternativas mais pró-feministas" (Willot e Griffin, 1996: 89-90). Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos homens dos segmentos populares para inserir-se no mercado de trabalho, a posição de provedor é ainda por eles reivindicada como se fosse uma prerrogativa, um direito, antes mesmo que um dever. Como atestam Valdés e Olavarría, ser provedor da família para eles é algo importante, de que muitos sentem orgulho. Mesmo aqueles que reconhecem a mudança de posição da mulher, cada vez mais presente no mercado de trabalho, não abrem mão desta velha responsabilidade:

"É minha responsabilidade, só. [...] Meu pai trabalhava e minha mãe ficava em casa. Eu não peço que minha mulher fique em casa. Oxalá ela ganhasse mais que eu, se sentisse bem com o que fizesse, mas não me interessa se está ou não em casa, sou eu quem tem de levar o dinheiro" (Maly, 28 anos) (Valdés e Olavarría, 1998: 33).

Observa-se um contraste entre este tipo de relato e um outro de um homem de classe média, ao enfatizar o cumprimento da responsabilidade mais como fardo do que como motivo de orgulho. "É uma responsabilidade com os filhos, uma carga, algo a que se sente pressionado; me esgota, me sinto esgotado, [...] sinto que tenho uma mulher que chupa energia" (Wally, 40 anos) (Valdés e Olavarría, 1998: 33). Este tipo de divergência sugere haver diferenças quanto ao exercício da masculinidade nas distintas camadas da população. Para os segmentos médios e alto, muitas vezes

ser provedor é um sacrifício, uma responsabilidade que limita e obriga a quem a assume porque não pode falhar. Os entrevistados se sentem pressionados por sua família e pelos demais para que cumpram com sua responsabilidade — o que conduz a uma conclusão bastante clara: sem dúvida, uma coisa é 'ser homem' para os jovens de setores populares e outra para os dos setores médios e alto. As certezas do modelo hegemônico estruturam mais a vida no nível popular (Valdés e Olavarría, 1998: 33-34).

Os homens dos estratos mais baixos não questionam as injunções e sim a dificuldade de satisfazer suas obrigações e responsabilidades, tidas como típicas do homem. Já para os estratos médios e alto a ênfase do questionamento recai sobre as próprias normas sociais.

Essas diferenças refletem-se em outras esferas da vida cotidiana, como na admissão de responsabilidade sobre o planejamento familiar e na divisão das tarefas domésticas. Nos segmentos de classe média encontraremos com maior frequência maridos auxiliando as esposas nos serviços de casa ou mesmo assumindo práticas para a limitação do número de filhos, como uso de preservativos ou vasectomia. A participação efetiva no planejamento familiar é para eles sinônimo de sacrifício, a ponto de Viveros (1998: 156) classificá-los como "homens que entendem sua decisão de se esterilizar como um ato de altruísmo e que buscam se apresentar como heróis modernos, responsáveis e respeitáveis". Esses são os maridos de classe média, exemplares nas matérias de semanários e jornais que apontam mudanças no comportamento masculino. Mas um olhar mais atento revela que tais mudanças, em algumas situações, podem ser mais expressões "midiáticas" do que efetivamente uma alteração comportamental com correspondente manifestação de maior equidade nas relações entre

gêneros. Alguns trabalhos indicam, por exemplo, que a decantada divisão de tarefas domésticas entre maridos e esposas, especialmente de classe média, ainda favorece os primeiros, deixando para elas as tarefas mais indesejáveis nos cuidados do lar e das crianças (Hochschild, 1994: 443-447; Coltrane, 1994: 469). Com relação à suposta mudança de conduta do pai, agora mais afetuoso e participativo nos cuidados com os filhos, há quem questione seu alcance, limitando-a exclusivamente a segmentos dos setores médios (LaRossa, 1994: 457).

Enquanto nos estratos médios e alto verifica-se cada vez mais uma tendência ao relaxamento das prescrições coercitivas para o gênero masculino, diminuindo-se assim o valor atribuído aos comportamentos machistas, nos setores populares a masculinidade ainda se apresenta como uma série de injunções integradoras, capazes de fornecer identidade e apoio, provendo sentido de inserção social por meio de um conjunto de comportamentos socialmente prescritos e valorizados, além de funcionar como um signo de distinção e poder, de acordo com a taxa de conversão entre honra masculina e poder simbólico (geralmente chamado "prestígio", "reputação", "fama") (Bourdieu, 1989a: 134-135), instituída e mantida pelo regime patriarcal.

Essa abordagem da situação nos ajuda a entender algumas posições mais pronunciadamente conservadoras, como a relação que a maior parte dos homens dos segmentos populares mantém com a idéia de uma orientação sexual diferente da norma heterossexual. Em contraste com as opiniões recolhidas entre indivíduos de outros setores, em que se constata maior liberalidade em relação aos homens de orientação sexual não convencional, boa parte dos indivíduos dos segmentos populares enfatiza os atributos masculinos por excelência (Valdés e Olavarría, 1998: 17).

Fatores importantes como região de origem (comunidades rurais, mais presas a valores tradicionais), religião (ortodoxos, fundamentalistas), participação em grupos específicos (clubes de luta e artes marciais), corporações (militares, desportivas) e outras formas de associação (gângues de adolescentes, torcidas organizadas) favorecem uma atitude de valorização exacerbada de aspectos da masculinidade, funcionando como espaços de socialização que reproduzem os valores mais arraigados e tradicionais do patriarcalismo, independentemente da inserção social de seus membros. Poderíamos discutir hipóteses sobre as conexões entre tradicionalismo e masculinidade exacerbada, mas não é esse o nosso objetivo. Interessa-nos aqui apontar sentidos das distintas vivências da masculinidade em face da inserção social do indivíduo e discutir as razões que nos auxiliariam a entender tais distinções.

As diferenças entre vivências masculinas podem suscitar até mesmo problemas de identidade caso haja necessidade de se dividir entre ambientes em que respostas distintas são solicitadas para satisfazer demandas sociais específicas. Uma experiência dessa ordem é relatada nos seguintes termos por Horrocks (1994: 97):

Na escola, eu vivia agoniado por ser de classe baixa. Como devia me comportar para estar à altura de todas aquelas crianças finas? Minha primeira semana na escola foi arrasadora — minha professora me disse que o meu modo de falar (típico de Oldham) não convinha, devia ser melhorado. [...] Assim, classe e gênero mesclavam-se: não se tratava apenas de uma questão de encontrar a correta identidade masculina e mantê-la a contento, pois identidades masculinas diferentes eram demandadas nos diferentes níveis sociais em que eu vivia. Com meus camaradas no bar, ter um modo elegante de falar não era recomendado — entretanto, na escola isto era necessário.

Os contrastes aparecem claramente em alguns costumes e atitudes mais comuns num segmento do que no outro. Alguns pesquisadores relatam que são mais freqüentes nos segmentos populares exibições explícitas dos signos da virilidade, como o hábito de manipular os genitais em público, forma de demonstração da masculinidade e de poder, fundada sobretudo no corpo:

O costume não desapareceu. Entre as classes trabalhadoras e os setores populares é comum. É usual encontrar estes homens em frente a um botequim com um copo na mão enquanto com a outra seguram os genitais. Parece que quanto menor o poder e controle em outras esferas da vida, maior a ênfase em destacar os genitais como centro de poder (Ramírez, 1997: 106).

A crise de fato: mudanças e resistências

Antes de explicitar os argumentos sociológicos que tornam inteligíveis as diferentes vivências e valorizações dos atributos masculinos nas distintas camadas da população, avaliemos em que sentido se pode de fato falar numa crise da masculinidade.

Se há tal crise, deve atingir e arrostar as bases do regime patriarcal, que reconhece e legitima a taxa de conversão de honra masculina em capital simbólico. Este regime, que sustenta práticas culturais fundamentais para a manutenção da subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho, além de orientar a formação da personalidade e das motivações em direções específicas, bem como o papel do corpo nas relações sociais (Connell, 1990), se faz presente "em todas as sociedades ocidentais contemporâneas" e "caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar" (Castells, 1999: 169). Na medida em que um regime simbólico, porém com conse-

qüências concretas, de dominação patriarcal espraia-se por todos os segmentos sociais, as mudanças e persistências neste regime se formulam independentemente da estrutura hierárquica de inserção social, e só assim pode-se aceitar a idéia de uma crise da masculinidade, que será, em última análise, uma crise do regime patriarcal.

A autonomia da dominação de gênero em relação à dominação de classe supõe que a primeira não seria necessariamente erradicada se eliminada a última, mais conhecida como estrutura de classes sociais, segundo a perspectiva marxista. Em seu clássico trabalho de 1975, Gayle Rubin já as havia separado e indicado a autonomia de uma em relação à outra. Para ela, "as mulheres são oprimidas em sociedades que, por maior que seja o esforço de imaginação, não podem ser descritas como capitalistas" (Rubin, 1993: 4).

Se podemos reivindicar legitimamente a autonomia das questões de gênero, elas não estão dissociadas porém dos outros esquemas e estruturas de reprodução das práticas e atividades sociais, sejam estas jurídicas, políticas, religiosas ou econômicas. Dada a vinculação entre regime patriarcal e dominação de gênero, mudanças que afetem práticas e instituições diretamente vinculadas ao primeiro — como a família, em que esposa e filhos giram em torno da figura do marido ou pai — terão conseqüências imprevisíveis para aquela dominação. Elas podem afetar de forma direta ou indireta a manutenção da classificação simbólica generalizada que guinda o masculino a uma posição privilegiada. E tais mudanças são atestadas por índices reveladores: aumento do número de divórcios ou separações, apontando para uma insatisfação com o modelo de união baseado no comprometimento duradouro; dificuldades em compatibilizar casamento, trabalho e vida pessoal, expressas nas tendências de postergação cada vez maior do vínculo conjugal e de crescente formação de relacionamentos sem vínculos legais; aumento em todo o mundo do número de lares em que apenas um dos pais é responsável pelos filhos (geralmente a mãe); aumento, em vários países, do nascimento de filhos fora do casamento; mudanças na composição social da força de trabalho, já que as mulheres ocupam cargos em que as distinções de gênero não têm relevância do ponto de vista da eficácia e produtividade (sobretudo no setor terciário), com reflexos na dinâmica de poder dentro da família, pois cada vez mais o orçamento familiar depende do salário da mulher, alterando a economia do poder doméstico no que tange a decisões e privilégios (Castells, 1999). Acrescenta-se uma série de mudanças possibilitadas pelo avanço científico e biotecnológico — inseminação artificial, clonagem, engenharia genética —, que certamente terão profundos reflexos num aspecto fundamental para o patriarcalismo, que é a reprodução da espécie por meio de relacionamento sexual heterossexual.

Outro fator que contribui para modificar o caráter indiscutível da dominação masculina é a própria estrutura de mercantilização da vida cotidiana, em que não importam, ou influem pouco, as prescrições morais do patriarcado. Esse processo tem o poder de estiolar o que a ele se

apresenta como estorvo, como "as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas" (Marx, 1984: 368), entre estas as que se prestam a sustentar o regime patriarcal e toda a sua hierarquia valorativa, num movimento que pode ser vislumbrado como anticonservador, *malgré lui*.

Assim, em virtude de sua capacidade de consumo, cresce a importância de segmentos desprezados pelo machismo. Em algumas cidades norte-americanas os *gays* já dispõem de imobiliárias, farmácias, lojas de conveniência, padarias e até mesmo um banco especializados em atendê-los. Sem contar os bares, discotecas, livrarias, saunas e academias de ginástica em todos os grandes centros mundiais, além de jornais, revistas e filmes produzidos exclusivamente para este público, atestando a visibilidade desta variante masculina, ao menos nas grandes metrópoles. Cada vez mais, práticas como o *swing* (troca de casais), sadomasoquismo e outras rotuladas como imorais despertam o interesse de homens e mulheres, estimulando a produção de revistas, vídeos e apetrechos diversos, além do surgimento de *sites* na Internet e locais de contato que facilitam o encontro desses praticantes de sexo não convencional. Esta "liberalização" via consumo negligencia o patriarcalismo e concepções que lhe dão sustentação.

Mas o patriarcalismo resiste e persiste. Alguns fatores culturais são responsáveis pela permanência do regime patriarcal mesmo em sociedades avançadas do ponto de vista industrial e econômico. Os exemplos não são apenas os enclaves nas sociedades urbanas constituídos por massas de imigrantes que procuram manter suas tradições, mas também as sociedades patriarcais que resistem na tradição apesar de apresentarem índices de modernização e eficiência capitalista invejáveis, como é o caso do Japão e de outros países asiáticos, revelando como tradições culturais podem resistir ao suposto poder avassalador da modernização econômica sobre as concepções arraigadas (Castells, 1999: 222). De modo geral, essas resistências se encaixam no quadro de valorização da comunidade como entidade mítica, típico do ruralismo e das sociedades que têm sua economia baseada em atividades agropastoris, bem como dos grupos que valorizam o "solo natal" (nazistas e neonazistas inclusos), o retorno às "fontes", às "raízes", ao "mito", aos "mistérios", ao "sagrado", à sabedoria dos "simples" e dos "modestos", que se contrapõem ao processo de modernização do capitalismo tardio e sua miríade de signos, para eles, demoníacos e "imorais":

A exploração ideológica da nostalgia da natureza rústica e do mal-estar da civilização urbana repousa sobre a identificação sub-reptícia da volta à natureza como uma volta ao direito natural, que pode se operar por vias diferentes, como a restauração das relações admiráveis do tipo patriarcal ou paternalista, associadas ao mundo rural (Bourdieu, 1989b: 30).

A masculinidade, valorizada como gênero de uma dominação propiciada por um conjunto de práticas inter-relacionais em que o homem reitera as qualidades típicas de quem possui as prerrogativas de poder frente às mulheres, e também aos homens que não estão à altura de cumprir suas exigências e provar sua competência como dominadores, espraia-se nos diferentes segmentos por meio de instituições e apoios de toda ordem, que justificam a distinção reivindicada por aqueles que buscam erigir sua supremacia mediante esta vinculação. Enfatiza-se a masculinidade em situações que requerem a honorabilidade masculina, em que a força do grupo se faz sentir com mais intensidade: cidades pequenas, comunidades religiosas fechadas, grupos de atividade e identidade bem-definidas (elites locais, militares) etc.

A manutenção deste regime de valores em que a masculinidade aparece como elemento distintivo mantém-se em razão das "leis de formação de preços simbólicos" (Bourdieu, 1989a: 124), que asseguram uma alta taxa de conversão entre honorabilidade masculina (ou capital de masculinidade) e capital simbólico. Há também o masculinismo oblato, que extrai vantagens de sua posição de dominação simbólica especialmente quando se conta com esparsos recursos e capitais de outra ordem, e que desta forma consagra-se à valorização da masculinidade, pois

tanto mais a instituição tende a consagrar agentes que tudo dão à instituição [...] e que realizam esta oblação de maneira tanto mais fácil quanto menos capital possuírem fora da instituição, logo, quanto menos liberdade tiverem em relação a ela e em relação ao capital e aos ganhos específicos que ela oferece (Bourdieu, 1989a: 95),

como pensamos ser o caso dos homens pertencentes aos estratos menos favorecidos.

Reforça esta lei de formação dos preços simbólicos a força da estrutura expressa nos esquemas do inconsciente sexuado em campos organizados segundo as oposições entre forte e fraco, grande e pequeno, pesado e leve, que mantêm uma relação de homologia com a distinção entre o masculino e o feminino e as alternativas secundárias nas quais ela se exprime (dominante/dominado, ativo-penetrante/passivo-penetrado). Essas distinções valoradas de acordo com julgamentos éticos, estéticos e cognitivos estão implicitamente presentes mesmo em situações institucionais aparentemente distantes da valoração que reforça elementos fundamentais do regime patriarcal, como no campo científico, em que se opõem disciplinas *hard*, fortes, como a medicina e o direito, e as *soft*, fracas, como as humanidades e as letras; e mesmo entre estas últimas a divisão prossegue entre, de um lado, a sociologia e a ciência política, ligadas à agora e ao poder, e de outro a psicologia e a literatura, voltadas à interioridade (Bourdieu, 1998: 112). Tais oposições funcionam sempre como estruturas

de percepção e cognição em que o pólo positivo se associa ao forte, grande, dominante, ativo, enfim, masculino, e o negativo ao fraco, dominado, passivo e assim, "naturalmente", ao feminino, reforçando desta forma valores consignados de forma impensada em que a força simbólica do masculino se reafirma por vias indiretas diante da fragilidade, delicadeza e subalternidade do feminino.

Identidade masculina valorizada

As resistências às mudanças no regime patriarcal se revelam tanto mais fortes quanto maior for o valor atribuído à masculinidade. Por um lado, levando-se em conta os aspectos diferenciais para as vivências masculinas a partir da inserção social, é sustentável argumentar que muitas das afirmações de generalização da crise dos modelos de comportamento masculino, conformando o "homem vítima", devem ser relativizadas ou mesmo questionadas. Se há crise, ela deve ser pensada a partir dos fatores "socioestruturais" já apontados. Por outro lado, não há motivo para duvidar que nos segmentos médios haja cada vez mais, de fato, uma contrariedade às prescrições sociais quanto aos comportamentos masculinos. Evidentemente, vigora também nos estratos médios e alto uma valorização pronunciada da masculinidade, mas com nuances que podem constituir uma dinâmica de gênero distinta.

Ao eleger a opção de abordar a questão da masculinidade a partir da perspectiva da inserção social do indivíduo, sabemos que perspectivas diferentes podem muito bem colocar entre parênteses a nossa, avaliando o "hipermasculinismo" (ênfase comportamental exagerada nos atributos socialmente tidos como masculinos) em relação a variáveis outras como idade, região de origem, religião, categoria profissional, vinculação a associações diversas etc. Desta forma, a complexa trama da posição social seria acrescida de uma ampla gama de variáveis que por ora não será possível analisar. Todas essas "inserções" podem apresentar casos de relativização para o nosso argumento, já que se pode ter hipermasculinismo em segmentos de jovens violentos pertencentes às classes média e alta, ou ainda em indivíduos das elites agrárias, militares de alta patente, além de outros com inserção social privilegiada.

Interessa-nos aqui, porém, que a masculinidade se destaque como signo de distinção e elemento constitutivo de uma identidade pessoal positiva para os homens dos estratos populares, entre os quais é enfática a aspiração à apropriação do masculino autêntico. Num estudo com grupos de jovens populares do sexo masculino no Rio de Janeiro (Cecchetto, 1999), por exemplo, fica evidenciado como eles, "a galera do Andaraí", na sua ânsia de capacitar-se para brigar nas ruas, ao mesmo tempo buscam se diferenciar daqueles segmentos médios que também têm na violência uma forma de afirmação de identidade, mas atingem tal capacitação mediante

práticas que são desqualificadas na visão dos jovens menos privilegiados. Assim, a prática de jiu-jitsu

foi recebida com desaprovação pelo líder da galera, que ao confrontá-la com o baile funk[a] considera uma coisa sem a mesma emoção. [...] Para ele, a academia "tem cheiro de homem", e "homem ter que ficar agarrando homem não tem nada a ver", querendo ostensivamente demonstrar sua incompatibilidade de gosto. [...] Denomina como "frescuras" as regras excessivas do jiu-jitsu, e atribui à emoção da luta "mano a mano" sua principal motivação para ir para o "corredor". Aprova mais o uso da violência aberta, que associa à emoção de "quebrar" o oponente. [...] Resume sua rejeição qualificando a prática do jiu-jitsu como "coisa de mauricinho" (Cecchetto, 1999: 9).

Constata-se aí a necessidade de distinção, enfatizando-se traços hipermasculinistas (agressividade e violência) como uma das poucas formas de afirmação positiva acessíveis aos jovens do sexo masculino das camadas populares.

O sistema de gênero, com sua hierarquização valorativa que atribui ao masculino o lugar de primazia e superioridade em relação ao feminino, apresenta um conjunto de discursos e práticas como autenticamente masculinos e que funcionam como atributos de distinção para os segmentos inferiores na escala social: "o discurso do 'cara durão' indubitavelmente oferece aos meninos do gueto uma atrativa identidade ou posição subjetiva, ainda que esteja baseado numa patética caricatura do poder patriarcal" (Jefferson, 1996: 160).

Vale frisar que no período da adolescência a recorrente necessidade de identificação com os traços da masculinidade socialmente legítima é maior exatamente pela necessidade de afirmação de identidade nessa fase de transição, o que leva os jovens de todos os segmentos sociais a exacerbar as expressões de intolerância aos que apresentarem sinais de efeminação e a valorizar os sentimentos de coragem, audácia e violência, o que explica em parte a atuação de jovens vândalos e gangues, inclusive de classe média. Evidentemente, esta fase de transição pode estender-se e muitos adultos ainda expressarão a necessidade de afirmar sua masculinidade por meio de atos de violência e intolerância, e isto independentemente de sua inserção social².

Do ponto de vista da identidade masculina, é plausível sustentar que quanto maior o poder de atuação e intervenção nas diversas esferas da vida social, menor tende a ser a necessidade de afirmar tal identidade. No caso dos segmentos populares, temos uma adesão a valores viris porque estes, apropriados e expressos mediante práticas relacionais, consagram-se como dos poucos, entre aqueles socialmente positivados, acessíveis aos pobres.

(2) Não dispomos de dados que relacionem expressões mais pronunciadas de traços de masculinidade e faixa etária. Talvez um estudo relacionando estas variáveis e classe social pudesse trazer esclarecimentos quanto à importância destas expressões nos diferentes momentos de vida de um homem.

Ainda que nesse processo de sujeição a um conjunto de práticas comportamentais específicas não se possa falar de atitudes deliberadas e conscientes, o que está em jogo é a obtenção de uma sanção positiva, *avalizada* pelo idioma de gênero, que estabelece uma hierarquia simbólica de poder, porém com efeitos concretos, os quais por sua vez constituem e alicerçam tal hierarquia, ponto de apoio para clivagens facilmente perceptíveis, ainda que não questionadas, em muitos momentos da vida cotidiana. A exacerbação do comportamento masculino funciona como uma demonstração de prova para que se possa auferir os benefícios oferecidos e mantidos pelo regime patriarcal aos que a eles fizerem jus, mormente em situações em que o indivíduo ou grupo se ressenete de algum déficit real (caso dos homens de segmentos desfavorecidos) ou imaginário em relação à economia de poder simbólico social.

O percurso de constituição da identidade masculina é marcado por uma repulsa a qualquer traço feminilizante, portanto por um afastamento do homem de tudo o que nele possa veicular indícios de feminilidade. Assim, ao representar-se, ao buscar constituir uma auto-imagem, ele se sustenta em si mesmo, eximindo-se da necessidade de buscar uma identidade fora de si próprio, como atestam pesquisas na área de antropologia e que vão ao encontro de outros trabalhos.

À diferença das receitas de mágica de sedução empregadas pelas mulheres, a mágica masculina nunca inclui controle sobre coisas de mulheres, mas são estratégias de encantamento que reafirmam elementos masculinos. [...] a mágica prescrita para homens é auto-referente, reforçando atributos masculinos, enquanto a mágica feminina se encontra centrada na dinâmica de dar e tomar fluidos íntimos para atrair o homem. [...] (sua eficácia depende da existência destes elementos, como um pêlo do bigode, uma gota de suor, uma gota de esperma) (Leal, 1998: 94-95).

Na opinião de Basaglia as mulheres podem ser consideradas "um ser para os outros", enquanto a literatura sobre estudos da masculinidade sugere a possibilidade de imaginar o homem como um "ser que vive apesar dos outros", ou melhor, "um ser que vive para si próprio" (Perea, 1998: 177).

Se em muitos casos a exacerbação da identidade masculina é reflexo de uma necessidade de afirmação, no caso dos homens dos segmentos populares frente aos demais grupos estaria em jogo uma estratégia compensatória acionada para contrabalançar a falta de um maior poder de ação e intervenção nas mais diferenciadas esferas sociais. Neste sentido, Bacca-Zinn (1994) rechaça a recorrente associação do machismo com as populações latinas radicadas nos Estados Unidos. Para a autora, antes de se buscar as raízes do machismo em características culturais, deve-se procurar entender a

divisão dos recursos e poderes em escala societária para escapar a um falacioso argumento que, em última análise, pode levar a um determinismo étnico:

Ser um homem é uma maneira segura de adquirir status quando outros papéis são sistematicamente negados pelos processos sociais. [...] Pode valer a pena considerar algumas expressões de masculinidade como tentativas de ganhar certo grau de controle numa sociedade que nega categoricamente ou concede a outros o controle de significativos domínios de suas vidas (Bacca-Zinn, 1994: 39).

Vale lembrar que argumentação semelhante já havia sido proposta, em outros contextos, por Tolson (1977) e Seidler (1989).

Habitus, corporalidade e dinâmica de ascensão social

Assimilando a argumentação até aqui formulada, postularemos um quadro social genérico e dinâmico na tentativa de ampliar o horizonte de explicações para os contrastes entre as vivências da masculinidade de acordo com os diferentes segmentos sociais. Segundo esta perspectiva, numa escala social disposta a partir de hierarquias fundadas nos diferentes tipos de capital, como o econômico e o cultural, quanto mais alto nela, maior o refinamento dos comportamentos, inclusive o masculino, que passa a ter suas arestas aparadas por conta dessa ascensão e conseqüente depuração. Este postulado inspira-se nas idéias de Norbert Elias (1993 e 1994) e também em Bourdieu, quando este afirma, por exemplo, que "o abandono dos valores masculinos é ao mesmo tempo o preço da ascensão social e o que favorece a mobilidade" (1983b: 180). A idéia de *habitus* como desenvolvida pelo sociólogo francês será extremamente útil para que possamos entender esta afirmação, bem como os contrastes das vivências masculinas.

O conceito de *habitus* nos permite pensar a incorporação de práticas no próprio corpo do agente, no modo de apropriar-se do mundo social e também em sua forma de distinguir-se dos demais grupos. "O corpo está no mundo social mas o mundo social está no corpo" (Bourdieu, 1997: 180). Enquanto força formadora de hábitos (Bourdieu e outros, 1994: 270), funcionamento sistemático do corpo socializado (Bourdieu, 1989a: 62), o *habitus* é o produto da incorporação objetiva da estrutura social mediado pela expressão subjetiva do agente. Como conhecimento adquirido, é também um *haver*, um capital (Bourdieu, 1989a: 61), o que nos leva a um conceito como o de capital de masculinidade, equivalente à honorabilidade atribuída ao agente de acordo com a sua observância às prescrições do

modelo comportamental que define o masculino autêntico, viril, incontes-tável. Capital este, em geral, mais valorizado na medida em que estejam ausentes outras formas de capital — "em geral" porque esta regra em muitas situações não se confirma, já que a valorização do capital de masculinidade pode se expressar mesmo naqueles agentes altamente dotados de capital econômico ou cultural.

Além de todas as variáveis às quais já fizemos menção (associação a grupos, região de origem etc.), outros fatores dinâmicos podem conferir complexidade à análise. O exemplo, no caso do capital econômico, fica com os "novos-ricos" ou, numa designação mais recente, "emergentes": pessoas que tiveram rápida ascensão econômica e trazem ainda traços característicos de sua inserção social anterior, ou seja, um *habitus* típico das camadas populares e que é facilmente "traído" ao buscarem ocultar ou dissimular esta inserção nos ambientes e contextos sofisticados a que seu agora alto capital econômico lhes permite acesso. No caso do capital cultural há situações em que uma erudição conquistada com sacrifício por alguém de origem humilde, ou então oriundo de regiões presas à tradição, não será capaz de desarraigar valores e esquemas de percepção típicos desses segmentos específicos. Nesta e em outras situações poderemos vislumbrar a valorização do capital de masculinidade ao lado dos demais³.

Pensar na existência de um *habitus* masculino oriundo do campo das relações de gênero e (in)formado pela inserção social é postular que os comportamentos dos agentes, no caso os homens, de um modo geral refletirão aspectos desta inserção. Assim, as diferenças de *habitus* não se restringirão apenas às expressões materialmente visíveis, como gestos, vocabulário, vestuário, conduta, mas terão papel fundamental em aspectos outros, como perspectivas e projetos de vida, habilidades perceptivas e cognitivas valorizadas, que irão, em seu conjunto, delinear o espectro de possibilidades de atuação vislumbrado pelo agente em sua trajetória social, bem como o que ele enxergará como ideal de masculinidade. Ou melhor, este mesmo ideal estará completamente harmonizado em relação ao seu *habitus*.

(3) Estas sugestões apenas aludem a uma possível análise a ser considerada em relação à dinâmica dos capitais que não poderemos desenvolver neste texto.

... parte do ideal de masculinidade entre os brancos norte-americanos da classe trabalhadora enfatiza a destreza e a habilidade físicas para manipular o ambiente, enquanto parte do ideal de seus homólogos de classe média alta enfatiza as capacidades verbais e a perícia para manipular o ambiente por meios econômicos, sociais e políticos. Cada imagem dominante conduz a uma relação com as possibilidades reais na vida destes homens e com os instrumentos que têm à sua disposição para o exercício de alguma forma de poder (Kaufman, 1997: 67).

... num estudo qualitativo encontramos algumas diferenças importantes entre as construções sobre o masculino nos setores médio e popular. Enquanto no discurso dos jovens dos setores populares o

masculino se associou sobretudo à força física e à capacidade agressiva, nos setores médios observou-se além disso uma associação muito clara em relação ao cavalheirismo e à responsabilidade (Cáceres, 1998: 159).

Numa pesquisa sobre as atividades profissionais masculinas, Haywood e Mac An Ghail (1996) constataram que o trabalho intelectual é visto como função emasculadora e efeminada pelos homens que exercem atividades que demandam o uso da força física, geralmente das classes menos favorecidas. Estes homens, engajados na cultura masculina típica das classes trabalhadoras, enfatizaram a percepção de que *"real work' is physical"* (1996: 56). Outro trabalho (Collinson e Hearn, 1996) destaca a redefinição, pelos operários fabris, das atividades de gerenciamento como realizadas por homens efeminados e sem conhecimento do efetivo processo de produção, as atividades de administração como realizadas por homens de classe média improdutivos, "manipuladores de canetas", além de verem as mulheres do escritório como "fofoqueiras" e "exploradoras". Viam-se a si próprios não pelo viés negativo atribuído normalmente àqueles que usam macacões sujos de graxa, quando enxergados da perspectiva do *staff* gerencial e administrativo, mas antes como práticos, produtivos, detentores do (valorizado, para eles) senso comum, aptos a se portarem como homens de verdade.

A atividade profissional, elemento de expressão social fundamental, funciona aqui como signo do que seria a masculinidade autêntica. Para esses trabalhadores, nada mais natural do que fundá-la sobretudo no corpo e no dispêndio de energia física do qual ele, corpo, é capaz, reproduzindo a distância que os separa dos homens de classe média. Incapazes de exercer poder em esferas mais amplas, os homens dos estratos menos favorecidos voltam-se àquilo que lhes permanece acessível, seu próprio corpo, e corporificam seu poder em atividades físicas como esporte, lutas e proezas sexuais (Canaan, 1996: 116). Por outro lado, na visão de mundo expressa por homens de classe média verifica-se maior rejeição crítica ao machismo (Cáceres, 1998: 159), atestando um distanciamento quanto aos comportamentos e opiniões típicos dos homens das camadas populares.

Nesta linha de raciocínio justifica-se como na perspectiva dos homens dos segmentos populares os requintes gestuais, vocabulares e corporais dos mais bem situados na escala social aparecem como tipicamente femininos e, portanto, desvalorizados enquanto tais, já que para eles a masculinidade exercida de maneira tosca, física e corporalmente centrada, rude, portanto mais autêntica, é percebida e vivenciada como uma possibilidade de conversão entre capital de masculinidade e capital simbólico, moeda legítima que permite lançar mão das prerrogativas e benefícios disponíveis que a hierarquia de gênero, ratificada pelo regime patriarcal, estabelece.

Cabe aos homens das classes médias e alta um maior requinte comportamental, com conseqüente depuração de gosto e conduta refinada,

REFERÊNCIAS

- Bacca-Zinn, Maxine. "Chicano men and masculinity". In: Kimmel, M. e Messner, M. (eds.). *Men's lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.
- Bayes, M. e Howell, E. (eds.). *Women and mental health*. Nova York: Basic Books, 1981.
- Bednarik, Karl. *The male in crisis*. Nova York: Knopf, 1970.
- Bourdieu, Pierre. "Gostos de classe e estilos de vida" (1983a) e "A economia das trocas linguísticas" (1983b). In: Ortiz, R. (ed.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983 (coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39).
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989a.
- _____. *Ontologia política de Martin Heidegger*. Campinas: Papirus, 1989b.
- _____. *A economia das trocas linguísticas (o que falar quer dizer)*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- _____. Chamboredon, J. e Passeron, J. *El oficio de sociólogo*. Madri: Siglo Veintiuno, 1994.
- Cáceres, Carlos. "Jóvenes varones en Lima: dilemas y estrategias en salud sexual". In: Valdés, Teresa e Olavarria, José (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.
- Canaan, Joyce E. "One thing leads to another: drinking, fighting and working-class masculinities". In: Mac An Ghail, M. (ed.). *Understanding masculinities*. Philadelphia: Open University Press, 1996.
- Carrigan, Tim, Connell, Robert e Lee, John. "Toward a new sociology of masculinity". *Theory and Society*, vol. 14, 1985.
- Castells, Manuel. *O poder da identidade* (vol. II). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Cecchetto, Fátima R. *A turma do Andaraí: notas sobre noções de masculinidade*. Paper para o seminário "Masculinidades hegemônicas e subalternas: novas perspectivas dos estudos de gênero", Rio de Janeiro, IMS-Uerj, junho de 1999.

maior domínio e desenvolvimento do léxico, enfim, um cultivo da sensibilidade que promoveria a criatividade e desembaraço para o exercício do poder nas instâncias políticas, econômicas e também simbólicas da sociedade em suas diferentes instituições: empresas, igrejas, universidades etc.

Do ponto de vista da dominação simbólica, os processos de depuração e contínua sofisticação do comportamento conferem legitimidade ao exercício de poder das classes mais favorecidas sobre as classes populares. Assim, maiores cuidados e requintes, independentemente do gênero, incidem de forma mais firme e persistente nos indivíduos mais bem posicionados na escala social. No entanto, do ponto de vista das relações de gênero o abrandamento das disposições agressivas explícitas, a depuração da conduta e a suavização do comportamento ajudam a constituir um *habitus* feminino comedido e regrado, prudente e moderado, realçando no próprio corpo os aspectos frágeis da mulher, ao mesmo tempo que se "naturaliza" a idéia da necessária submissão, da inevitável sujeição do gênero feminino ao gênero masculino, o verdadeiro sexo forte, coroando todo um discurso de senso comum que legitima a idéia e a prática da supremacia do gênero masculino, processo este bastante analisado e esclarecido por Bourdieu (1998) em *La domination masculine*.

Em face do paralelismo entre adestramento para o poder das classes dominantes e suavização e depuração da conduta para alcançar o valorizado requinte comportamental, visto por alguns homens das classes populares como disposição efeminada, pode-se entender o comentário depreciativo destes mesmos homens sobre o aburguesamento de membros de sua classe, condenando tais pretensões ao mesmo tempo que buscam a revalorização da masculinidade exacerbada, tosca, rude: "todo refinamento em matéria de linguagem ou de vestuário [é] imediatamente percebido não somente como indício de aburguesamento mas também, inseparavelmente, como indício de disposições efeminadas" (Bourdieu, 1983a: 86).

Caberia também postular uma assimetria que justificasse a idéia de que quanto menos favorecido o segmento maior a adesão aos valores do grupo, os quais convergem para aquilo que Durkheim designava como "consciência coletiva". Há nestes grupos uma maior aceitação dos valores socialmente sancionados e portanto legitimados, dificultando o processo de individuação, quando considerado do ponto de vista da disposição para um maior distanciamento crítico em relação às prescrições sociais. O inverso ocorre conforme subimos na escala social. O orgulho do autocontrole (Elias), a idéia de uma maior individuação, está mais presente na formulação da auto-imagem dos sujeitos pertencentes aos segmentos médios e alto. Este fato caracteriza nestes segmentos uma maior liberdade em relação às prescrições sociais mais explícitas (ainda que estes sujeitos estejam obedecendo a injunções e prescrições típicas de suas posições sociais). No jogo da economia do poder isto não poderia ser de outra forma, já que requer maior liberdade e criatividade, com conseqüente relaxamento por parte do indivíduo bem-posicionado das prescrições mais amplas e genéricas, contrabalançadas por um outro conjunto de prescrições que

Collinson, David e Hearn, Jeff. "Men at work: multiple masculinities/multiple workplaces". In: Mac An Ghaill, M. (ed.). *Understanding masculinities*. Philadelphia: Open University Press, 1996.

Coltrane, Scott. "Stability and change in chican men's family lives". In: Kimmel, M. e Messner, M. (eds.). *Men's lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.

Connell, Robert. W. "Como teorizar o patriarcado?". *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul./dez. 1990.

Corneau, Guy. "Masculinidade e paternidade". In: Nolasco, S. (ed.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

Donaldson, Mike. "What is hegemonic masculinity?". *Theory and Society*, vol. 22, 1993.

Elias, Norbert. *O processo civilizador — Uma história dos costumes* (vol. I). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador — Formação do Estado e civilização* (vol. II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Fasteau, Marc F. *The male machine*. Nova York: McGraw-Hill, 1974.

Fogel, Gerald, Lane, Frederick e Liebert, Robert (eds.). *Psicologia masculina. Novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

Fuller, Norma. "Fronteras y retos: varones de clase media del Peru". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Fiasco, 1997.

Goldberg, Herb. *The hazards of being male*. Nova York: Nash, 1976.

Harrison, James, Chin, James e Ficarrotto, Thomas. "Warning: masculinity may be dangerous to your health". In: Kimmel, M. e Messner, M. (eds.). *Men's lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.

Haywood, Christian e Mac An Ghaill, Máirtín. "Schooling masculinities". In: Mac An Ghaill, M. (ed.). *Understanding masculinities*. Philadelphia: Open University Press, 1996.

Hochschild, Arlie. "The second shift: employed women are putting in another day of work at home". In: Kimmel, M. e Messner, M. (eds.). *Mens lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.

Horrocks, Roger. *Masculinity in crisis*. Londres: MacMillan Press, 1994.

demandam maior decoro e requinte comportamental, desenvolvimento da sensibilidade e gosto mais depurado, ao mesmo tempo que lhe possibilita a desincumbência de valorizar e manifestar expressões comportamentais hipermasculinas.

O exercício do poder requer maior liberdade para criatividade por se inscrever em um espectro maior de possibilidades de ação. Uma vez possibilitado o relaxamento das prescrições mais genéricas (que constroem os ideais de autonomia e individualidade), concomitantemente à ampliação do espectro de vivências sociais, estão estabelecidas as condições que permitem maior exercício de individualidade para os sujeitos situados nos segmentos médios e alto da sociedade. Neste sentido pode-se formular uma generalização que ultrapassa inclusive a questão da masculinidade, indo ao encontro dos *insights* de Elias. As classes e camadas menos favorecidas estariam mais sujeitas às injunções sociais, presas que são ao exercício da obediência. A estas, pouca liberdade de ação é permitida, já que não exercem o poder. Assim, quanto mais se sobe na escala social, maiores as liberdades garantidas aos indivíduos em face das prescrições mais gerais, mas o decoro impingido a quem detém poder pode ser extremamente rigoroso (o caso do decoro parlamentar e dos homens públicos seria exemplo dessa situação). No limite da liberdade institucional teríamos como contraponto um maior controle em virtude do posto ocupado. Para os homens, numa escala mais ampliada, teríamos algo semelhante: a rua é seu domínio (público-institucional), enquanto o das mulheres é o lar (privado-doméstico). Assim, em contraposição à maior liberdade institucional acrescentam-se maiores exigências de decoro aos homens em razão da posição de poder ocupada. Homens com liberdade institucional mas com restrições comportamentais maiores. Maior poder, maior honra e aura de intocabilidade a ser defendida, mesmo porque a honra é a chancela social legítima que garante ao agente a possibilidade (não a obrigatoriedade) de lançar mão das prerrogativas de poder destinadas àqueles percebidos como honrados. Estão aí as pistas para a inteligibilidade dos "fardos da masculinidade", isto é, da idéia de que existe uma conexão entre restrição comportamental masculina e posição de poder de gênero⁴.

Dinâmicas e tensões

Em razão do prestígio e distinção que os atributos masculinos asseguram, a masculinidade ainda é bastante valorizada, sobretudo entre os homens dos segmentos populares, que a vivenciam como uma das poucas formas de acesso a um espaço de poder social, garantido pelo regime patriarcal. Aos benefícios auferidos de uma vivência masculina inscrita nos corpos e comportamentos de modo mais rude e tosco, enquanto masculinidade autêntica, contrapõe-se a depuração comportamental paralela à

Jefferson, Tony. "From 'little fairy boy' to 'the compleat destroyer': subjectivity and transformation in the biography of Mike Tyson". In: Mac An Ghail, M. (ed.). *Understanding masculinities*. Philadelphia: Open University Press, 1996.

Kaufman, Michael. "Las experiencias contradictorias del poder entre los hombres". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Fíasco, 1997.

LaRossa, Ralph. "Fatherhood and social change". In: Kimmel, M. e Messner, M. (eds.). *Men's lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.

Leal, Ondina F. "Sexualidad e identidad masculina: impases y perspectivas de análisis". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.

Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Fernandes, F. (ed.). *Marx, Engels*. São Paulo: Ática, 1984 (coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 36).

Marqués, Josep-Vicent. "Varón y patriarcado". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Flasco, 1997.

(4) No que tange ao exercício da sexualidade, em que ao homem está garantida maior liberdade de atuação, consagrando algo como o "masculinismo predatório", enquanto para a mulher ainda vigora uma série de interditos, pensamos que mesmo no Ocidente, após todos os movimentos de liberação sexual, mantêm-se ainda vestígios daquelas relações analisadas por Bourdieu (1998: 51) ao investigar as trocas matrimoniais cabilas, em que as mulheres são investidas nas trocas para a produção de alianças e aliados prestigiosos e portanto devem ser conservadas ao abrigo da ofensa e da suspeita, ou seja, são ainda constituídas em medida fetichista da reputação masculina, no que diz respeito aos triunfos enquanto "presas", e em objeto de cuidados de pais, esposos e irmãos, pois está também em jogo a manutenção da boa reputação da linhagem.

ascensão social. Em face deste paralelismo surge uma associação entre a amenização, a suavização, enfim a feminilização dos homens mais bem situados na escala social, o que do ponto de vista dos homens dos segmentos populares leva a um estigma de efeminação, que abre espaço para algumas dinâmicas e tensões.

É certo que a hierarquia de gênero prove um lugar de poder e primazia ao gênero masculino por meio de prerrogativas acessíveis àqueles que se aproximem dos traços masculinos legítimos. A tensão neste caso advém da luta pela definição do que venha a ser o masculino legítimo. Nosso objetivo aqui foi mostrar como um certo tipo de "hipermasculinismo" acionado a partir de uma inserção social menos privilegiada constitui a base para a configuração do *status* de masculinidade autêntica. Tal *status* origina-se das prescrições ligadas aos valores mais genéricos, característicos da consciência coletiva durkheimiana, os quais, por sua vez, orientam de modo mais freqüente a constituição dos ideais típicos das camadas menos privilegiadas, fazendo com que os ideais de masculinidade popular possam reivindicar a posição de legitimidade na conformação da virilidade autêntica, em contraposição a um movimento contrário que se expressa nas discussões em torno das mazelas acarretadas pelo constrangimento à constituição desse tipo masculino, discussão esta levada a cabo por meio, basicamente, de setores de classe média (intelectuais, psicoterapeutas, profissionais liberais, artistas etc.). Do mesmo modo, uma propensão para vivenciar de forma mais aguda a crise da masculinidade, oriunda de mudanças "socioestruturais", torna-se mais comum nos segmentos médios e alto, exatamente os mesmos em que o valor da masculinidade se deprecia e em que se pode afrouxar as prescrições mais genéricas e constringentes.

A questão da disputa em torno da masculinidade legítima ou hegemônica, como diz Connell (1990), abriga movimentos de luta e descompassos entre os diferentes segmentos sociais. Há uma desqualificação promovida pelos homens dos segmentos populares que radica em sua posição hipermasculinista, e isto como estratégia (não consciente e racionalmente calculável) incorporada, constitutiva do *habitus* masculino popular e acionada para garantir uma parcela de poder social possibilitada pela assimetria de gênero, e que pode ser contraposta àquela típica dos homens "mais suaves" (ou "menos duros") dos segmentos médios e alto. Estes últimos, por sua vez, podem abrir mão desses traços hipermasculinistas e, em alguns casos, vivenciar angústias por não alcançarem ou por perceberem como inadequadas algumas das prescrições comportamentais de gênero, que funcionam de modo adicional e paradoxal àquelas injunções características dos estratos mais bem situados e que privilegiam o movimento de sofisticação e depuração do gosto e da conduta. Apoiados em sua maior possibilidade de ação e intervenção em esferas mais amplas da sociedade, podem se valer de sua sofisticação para desqualificar a desqualificação que esta sofisticação sofre ao ser renomeada como efeminação pelos homens das camadas populares. O mesmo tipo de estratégia pode vir a ser utilizado pelos indivíduos estigmatizados como efeminados (*gays* ou

Nolasco, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. (ed.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

Olavarria, José, Benavente, Cristina e Mellado, Patricio. *Masculinidades populares. Varones adultos jóvenes de Santiago*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.

Oliveira, Pedro. P. M. "Discursos sobre a masculinidade". *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 6(1), 1998.

Perea, Juan G. F. "Algunas propuestas analíticas para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.

Ramírez, Rafael L. "Nosotros los boricuas". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Flasco, 1997.

Rubin, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

Seidler, Victor. F. *Rediscovering masculinity: reason, language and sexuality*. Nova York: Routledge, 1989.

Tolson, Andrew. *The limits of masculinity*. Londres: Tavistock, 1977.

Valdés, Teresa e Olavarria, José (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Flasco, 1997.

_____. (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.

Viveros, Mara. "Decisiones reproductivas y dinámicas conyugales. El caso de la elección de la esterilización masculina". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago do Chile: Flasco, 1998.

Willot, Sara e Griffin, Christine. "Men, masculinity and the challenge of long-term unemployment". In: Mac An Ghaill, M. (ed.). *Understanding masculinities*. Philadelphia: Open University Press, 1996.

não) para se requalificarem como indivíduos nobilitados e educados, distanciando-se dos toscos, "mal-educados" e grosseiros indivíduos hiper-masculinistas, seus detratores, responsáveis pelo estigma a eles lançado, de fracos e desonrados.

Há sem dúvida uma luta implícita nas interações sociais para definir o que venha a ser o masculino legítimo, que como tal constitui o mundo social, esta "realidade" que é o lugar de uma luta permanente para definir a "realidade" (Bourdieu, 1996: 112). Destaque-se também a tensão interna ao *habitus* popular masculino gerada pela incompatibilidade entre, de um lado, o desejo de ascensão social e seu corolário de refinamento e, de outro, os valores masculinos diametralmente opostos à depuração comportamental. Nos segmentos médios e alto ocorre o inverso: a necessidade de valorizar positivamente a cultura, o refinamento, a docilidade, a sensibilidade suscita uma redefinição dos valores viris, de tal forma que estes possam encontrar-se ou pelo menos conflitar o mínimo possível com estas expressões de *habitus* típicas desses segmentos.

Do ponto de vista social, os embates se dão em várias frentes e instantes, desde os conflitos cotidianos regados a agressões (que podem até chegar a assassinatos) e desqualificações recíprocas até os movimentos de toda ordem (*gay*, feminismo, *men's movement* etc.), incluindo também as disputas acadêmicas em torno do debate acerca da masculinidade, que devem ser pensadas como momentos desta dinâmica, refletindo também o estágio de mudanças desejadas e resistências suscitadas, ainda que nem sempre isto esteja evidente para aqueles que estão envolvidos na discussão.

Recebido para publicação em
8 de fevereiro de 2000.

Pedro Paulo Martins de Oliveira
é doutorando do Departamento
de Sociologia da FFLCH-USP.

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 56, março 2000
pp. 89-110
